



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação
A Santander Leasing, Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2024, o lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$ 731 milhões, aumento

de 0,41% em comparação ao exercício anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 10.066 milhões.

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2024, os ativos totais atingiram R\$ 14.289 milhões, destacando-se R\$ 1.600 milhões por Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 3.343 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. No passivo, destaca-se em captações o valor de R\$ 2.272 milhões em Depósitos e R\$ 459 milhões em Recursos de Debêntures.

Auditoria Independente
A política de atuação da Santander Leasing na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de

aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. A Santander Leasing informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ademais, a Santander Leasing confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 27 de março de 2025.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Notas Explicativas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo Circulante e Não Circulante		14.289.487	13.755.544
Disponibilidades	4 e 16.d	13.582	13.657
Instrumentos Financeiros		1.965.530	2.137.991
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5 e 16.d	365.876	200.378
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.599.654	1.937.613
Operações de Arrendamento Mercantil (Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	7	3.343.208	3.154.866
Outros Ativos	7.f	(27.671)	(12.059)
Ativos Fiscais	9.a	1.207.996	1.020.816
Correntes		489.474	426.949
Diferidos		718.522	593.867
Investimentos		6.302.763	6.168.138
Participações em Coligadas e Controladas	10	6.302.762	6.168.138
Outros Investimentos		1	-
Imobilizado de Uso	11	-	-
Imóveis de Uso		-	1.387
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		12	17
		(12)	(1.404)
Total do Ativo		14.289.487	13.755.544

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
	Notas Explicativas	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
		Capital Social	Reservas Legais		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		10.085.219	449.874	1.521.751	(355.328)
Ajustes de Avaliação Patrimonial – Títulos e Valores Mobiliários		-	-	91.757	-
Dividendos Intercalares	15.b	-	-	-	2.775
Lucro Líquido		-	-	-	-
Destinações:					
Reserva Legal	15.c	-	36.402	-	(36.402)
Dividendos Mínimos	15.b	-	-	-	(41.498)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	(325.067)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	(325.066)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		10.085.219	486.277	1.171.884	(263.569)
Mutações no Exercício					
Saldos em 31 de dezembro de 2023		10.085.219	486.277	1.171.884	(263.569)
Ajustes de Avaliação Patrimonial – Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(253.077)	3.520
Dividendos Intermediários	15.b	-	-	(1.166.732)	-
Lucro Líquido		-	-	-	-
Destinações:					
Reserva Legal	15.c	-	36.563	-	(36.563)
Dividendos	15.b	-	-	-	(694.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		10.085.219	522.840	5.152	(516.646)
Mutações no Exercício					
Saldos em 30 de junho de 2024		10.085.219	504.813	1.524.066	(405.279)
Ajustes de Avaliação Patrimonial – Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(11.367)	4.440
Dividendos Intermediários	15.b	-	-	(1.166.732)	-
Lucro Líquido		-	-	-	-
Destinações:					
Reserva Legal	15.c	-	18.027	-	(18.027)
Dividendos	15.b	-	-	-	(694.704)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	(176.091)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	(176.091)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		10.085.219	522.840	5.152	(516.646)
Mutações no Semestre					
		-	18.027	(1.518.914)	(111.367)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
1. Contexto Operacional	A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474, Bloco C, 1º andar, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo - SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações da Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, sendo realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.				
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	a) Apresentação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na reunião realizada em 27 de março de 2025.				
	b) Novas normas emitidas com vigência futura As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis a Santander Leasing, entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. I - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas A Resolução CMN nº 4.966/2021, e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/2023 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais mudanças referem-se: à classificação de instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros em caso de atraso; ao reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; à baixa a prejuízo e; ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações com problemas de crédito. A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais. Os principais impactos estimados (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas são: 1. Efeitos da alteração de categorias - refletem os impactos da remensuração decorrentes de reclassificação entre as categorias, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021: Não são esperados efeitos de alterações de categorias decorrentes da adoção da Resolução nº 4.966/2021. 2. Efeitos esperados da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021) - A Santander Leasing estima um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 1.915 (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 7% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), que inclui provisão mínima requerida, provisão adicional, além das provisões para títulos e garantias financeiras prestadas. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros: I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previstos razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro; II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros. III - Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso. O efeito da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 1.148, após os efeitos tributários. 3. Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplimento. A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretroativa, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês. 4. Demais mudanças na adoção inicial como a aplicação da taxa efetiva de juros e a remensuração de ativos financeiros que estavam em stop accrual em 31 de dezembro de 2024 não terão impactos, pois sua aplicação será prospectiva. A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. II - Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023 Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025.				

A Santander Leasing adotará de forma prospectiva a aplicação da referida norma, conforme § 5º da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

e) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:

I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil e de investimento. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.
As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.
As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

g) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens
Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que fazem parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.
Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de venda, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.
h) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

i) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

j) Imobilizado de uso
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 14.g) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira		146.661	484.038	684.929
Resultado de Arrendamento Mercantil		31.244	240.488	448.093
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.b	115.417	243.550	236.836
Despesas da Intermediação Financeira		(64.877)	(127.031)	(89.813)
Operações de Captação no Mercado	16.d	(61.868)	(105.268)	(90.167)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.d	(1.878)	(4.305)	(1.289)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.f	(1.131)	(17.458)	1.643
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		81.784	357.007	595.116
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		240.087	478.653	451.816
Receitas de Prestação de Serviços		457	824	961
Outras Despesas Administrativas	17	(6.027)	(10.814)	(9.728)
Despesas Tributárias	9.d	(26.619)	(53.541)	(47.889)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	255.372	509.105	460.406
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	18	16.904	33.079	48.066
Resultado Operacional		321.871	835.660	1.046.932
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		19	214.167	235.887
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro			536.038	1.071.547
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.c	(175.489)	(340.280)	(326.344)
Provisão para Imposto de Renda		(100.341)	(143.340)	-
Provisão para Contribuição Social		(66.721)	(129.517)	(61.196)
Ativo Fiscal Diferido		(8.427)	(67.423)	(265.148)
Lucro Líquido do Período		360.549	731.267	728.033
Número de Ações (Mil)	15.a	164.245	164.245	164.245
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		2.195.19	4.452.29	4.432.60

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido do Período		360.549	731.267	728.033
Outros Resultados Abrangentes		(106.927)	(249.557)	94.532
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda		(190.224)	(438.845)	163.161
Próprios		(194.664)	(442.365)	160.387
De Ligadas		4.440	3.520	2.774
Imposto de Renda e Contribuição Social		83.297	189.288	(68.629)
Resultado Abrangente do Período		253.622	481.710	822.565

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota Explicativa	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/1

...Continuação



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Resumo da Carteira por Categoria e Vencimento

	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024	
	Custo Amortizado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda						
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN B	2.502.723	(903.069)	1.599.654	1.937.613	1.599.654	1.599.654
Total	2.502.723	(903.069)	1.599.654	1.937.613	1.599.654	1.599.654
Não Circulante			1.599.654	1.937.613		

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Rendas com Títulos de Renda Fixa	210.799	197.203
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 16.d)	32.751	39.633
Total	243.550	236.836

7. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Composição da Carteira

	31/12/2024	31/12/2023
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾	3.343.208	3.154.886
Total	3.343.208	3.154.886

⁽¹⁾ Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento Mercantil

	31/12/2024	31/12/2023
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	3.786.903	3.550.430
Arrendamentos a Receber	2.833.394	2.442.389
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	953.509	1.108.041
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.831.363)	(2.441.485)
Valores Residuais a Balançar	(953.509)	(1.108.041)
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	899	901
Imobilização de Arrendamento	5.291.743	5.400.799
Credores por Antecipação de Valor Residual	(1.951.465)	(2.247.709)
Total da Carteira de Arrendamento	3.343.208	3.154.886

⁽¹⁾ Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

c) Carteira por Vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
Vencidas	8.220	1.677
A Vencer:		
Até 3 Meses	386.460	367.989
De 3 a 12 Meses	994.409	906.369
Acima de 12 Meses	1.954.119	1.878.851
Total	3.343.208	3.154.886

d) Carteira por Setor de Atividades

	31/12/2024	31/12/2023
Sector Privado		
Indústria	560.544	490.271
Comércio	933.873	826.611
Instituições Financeiras	366	829
Serviços e Outros	1.723.454	1.731.759
Pessoas Físicas - Financiamento e Leasing de Veículos	69.086	74.934
Agricultura	54.179	30.215
Sector Público		
Governo Municipal	1.706	267
Total	3.343.208	3.154.886

e) Carteira de Arrendamento Mercantil e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	31/12/2024		31/12/2023	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Carteira Total
AA	-	1.948.685	-	1.948.685
A	0,50 %	1.030.994	-	1.030.994
B	1 %	312.926	1.062	313.988
C	3 %	21.743	104	21.847
D	10 %	6.473	146	6.619
E	30 %	64	417	481
F	50 %	-	5.133	5.133
G	70 %	79	300	379
H	100 %	1.155	13.927	15.082
Total	3.322.119	21.089	3.343.208	27.671
Circulante				9.460
Não Circulante				18.211

Nível de Risco	31/12/2023		31/12/2024	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Carteira Total
AA	-	1.924.463	-	1.924.463
A	0,50 %	918.802	-	918.802
B	1 %	256.548	9.877	266.425
C	3 %	16.344	10.278	26.622
D	10 %	14.566	303	14.869
E	30 %	1.086	127	1.213
F	50 %	-	137	137
G	70 %	95	813	908
H	100 %	637	810	1.447
Total	3.132.541	22.345	3.154.886	4.886
Circulante				4.786
Não Circulante				7.173

⁽¹⁾ Inclui parcelas vencidas e vencidas há mais de 14 dias.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Saldo Inicial	12.059	17.688
Constituição (Reversão)	17.458	(1.643)
Baixas	(1.846)	(3.986)
Saldo Final	27.671	12.059
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	3.298	1.184

⁽¹⁾ Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

g) Créditos Renegociados

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos Renegociados	11.708	595
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(11.685)	(16)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	99,8 %	27,1 %

8. Outros Ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	1.000.656	963.963
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	48	48
Para Interposição de Recursos Cíveis	25.169	31.518
Outros	1.619	734
Despesas Antecipadas	3.215	2.819
Rendas a Receber	170.002	136.000
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 16.d)	217.938	79.374
Outros	65.432	57.707
Total	1.484.079	1.272.115
Circulante	377.212	196.525
Não Circulante	1.106.867	1.075.590

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	718.522	593.867
Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	489.474	426.949
Total	1.207.996	1.020.816
Não Circulante	1.207.996	1.020.816

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024	
	Origens	Saldo em 31/12/2023	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2024	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	258.863	255.130	102.052	7.299	(5.806)	103.545
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	83	77	30	3	-	33
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	33.253	36.388	14.557	3.547	(4.801)	13.303
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	44.101	38.771	15.388	16.432	(14.300)	17.520
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	903.069	460.704	197.136	216.649	(27.361)	386.424
Outras Provisões Temporárias	34.535	37.896	12.357	1.256	(2.601)	11.012
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	1.273.904	828.966	341.520	245.186	(54.869)	531.837
Prejuízos Fiscais	727.962	959.002	252.347	-	(65.662)	186.685
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos	2.001.866	1.787.968	593.867	245.186	(120.531)	718.522

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Santander Leasing não possui ativos fiscais diferidos não ativados.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	31/12/2024			31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total	
2025	55.427	34.936	8.399	145.928	244.690	
2026	61.037	36.502	8.399	19.081	125.019	
2027	54.108	32.465	8.399	-	94.972	
2028	51.190	30.714	8.399	-	90.303	
2029	53.654	32.192	8.399	-	94.245	
2030 a 2034	29.762	17.857	-	-	47.619	
Após 2035	-	-	-	21.674	21.674	
Total	305.178	184.666	41.995	186.683	718.522	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos ativos fiscais diferidos é de R\$ 590.351 (31/12/2023 - R\$ 504.631) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
Passivos Fiscais Diferidos	478.412	475.621
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	99.565	1.706
Impostos e Contribuições a Pagar ⁽¹⁾	780.668	723.586
Total	1.338.645	1.200.913
Circulante	860.233	725.292
Não Circulante	478.412	475.621

⁽¹⁾ Inclui a parcela correspondente às ações judiciais de Pis e Cofins, referente ao questionamento da lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema 372.

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens 31/12/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Saldo em 31/12/2024
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.763.285	1.752.121	438.030	2.791	440.821
Outros	93.977	93.977	37.591	-	37.591
Total	1.857.262	1.846.098	475.621	2.791	478.412

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	31/12/2024			31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
2025	228.242	4.699	232.941	228.242	4.699	232.941
2026	228.242	4.699	232.941	7.831	4.699	12.530
Total	466.484	9.398	475.882	466.073	9.398	475.471

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	1.071.547	1.054.377
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 15%, Respectivamente	(428.619)	(421.751)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	203.642	184.162
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis Juros sobre Capital Próprio	32.379	46.321
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	(151.200)	(120.000)
Demais Ajustes	-	10.272
Imposto de Renda e Contribuição Social	(340.280)	(326.344)

d) Despesas tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com Cofins	25.299	24.835
Despesas com ISS	22.569	15.030
Despesas com PIS/Pasep	3.832	4.036
Outras	1.841	3.988
Total	53.541	47.889

10. Participações em Coligadas e Controladas

	31/12/2024	31/12/2023
Investimento	1.071.547	1.054.377
Santander Correlora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCMV)	33	33
Banco Bandepe S.A. (Bandepe)	3.589	-



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria

Diretor Presidente
Paulo Sérgio Duallibi

Diretor
Franco Raul Rizza

Diretor
Reginaldo Antonio Ribeiro

Contadora
Camilla Cruz Oliveira de Souza – CRC Nº 1SP – 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em

conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas, como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025



pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 31/03/2025

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/31/SANTANDERLEASING1581699331032025.pdf>
Hash: 1743213481d29eb2e7dd3f41e3a063c81e33eb7427